



A Guerra de Angola — UNAVEM*

• José Carlos dos Santos**

Matéria extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, na qual ele relata experiências e ensinamentos colhidos no desempenho da função de Observador Militar da UNAVEM II, que exerceu em 1992.

Ao aproximar-se o final do século XX, pode-se antever que a História registrará, dentre seus eventos mais significativos, o colapso da ex-União Soviética e o conseqüente esvaziamento da Guerra Fria.

Com o fim da bipolaridade ideológica, verifica-se a busca de um realinhamento da ordem mundial, delegando-se à Organização

das Nações Unidas (ONU), um papel mais efetivo na busca da paz entre os povos.

Em que pese as acusações de subversão à única super-potência remanescente, os Estados Unidos da América (EUA), o fato é que jamais a ONU foi tão atuante quanto no momento atual, desde sua criação.

O Brasil, coerente com sua política externa de prestigiar essa organização, tem aumentado sua presença em operações de manutenção da paz mundial. Atualmente, há militares brasileiros atuando na América Central, Europa e África.

** Major do Exército.

* Selecionado pelo PADECEME.

A participação no processo de paz angolano, iniciada em princípios de 1989, tem um significado especial. Após mais de duas décadas de ausência, o Brasil foi convidado a chefiar a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), além de enviar observadores. O indiscutível sucesso na tarefa de repatriação de 50 mil cubanos, sob o comando do General Péricles Ferreira Gomes, certamente serviu como aval para convites posteriores, formulados pelo Conselho de Segurança da ONU.

No momento em que se prepara a Força de Paz para Angola (UNAVEM III), na qual está prevista a participação de um batalhão de infantaria motorizado (Btl Inf Mtz), uma companhia de engenharia (Cia Eng) e duas unidades médicas do nosso Exército, torna-se oportuna a abordagem do presente tema, baseada na experiência pessoal do autor como observador da ONU em Angola durante mais de um ano.

ANGOLA: UMA TERRA ARRASADA PELA GUERRA

Localizada inteiramente na zona tropical, Angola constitui-se num dos mais extensos países africanos, com uma superfície de 1.246.700 quilômetros quadrados. Destes, cerca de 7.000 correspondem ao enclave de Cabinda, porção descontínua que caracteriza a forma fragmentada do país.

Suas latitudes extremas colocam-no em oposição à faixa litorânea brasileira compreendida entre os estados da Bahia e Rio Grande do Norte, no outro lado do Atlântico Sul. Tais coordenadas conferem-lhe grande importância estratégica, exercendo influência

em sua história recente, como será visto adiante.

A maior parte do seu território desenvolve-se sobre um platô, com altitude média de mil metros acima do nível do mar. Destaca-se o Planalto de Huambo, entre as regiões central e sudeste, com elevações que se situam entre 1.500 e 2.000 metros e onde se localiza o ponto culminante do país, o Morro do Moco, com 2.650 metros. A planície litorânea é estreita em sua maior parte, alargando-se um pouco ao norte, onde se encontra a capital Luanda.

A vegetação predominante é a savana, havendo ainda a ocorrência de matas densas e úmidas no norte; à medida que se avança para o sul, a floresta aberta torna-se mais rarefeita e seca, caracterizando uma zona transição para o deserto da Namíbia, país limítrofe ao sul.

Angola não possui rios caudalosos. No entanto, por suas extensões e potenciais hidráulicos, destacam-se o Rio Cuanza no centro-norte, o Cunene ao sul, o Cubango ao sudeste e o Zambezi a leste.

Quanto ao clima, as médias anuais são bastante atenuadas pela altitude, situando-se em torno de 20 a 24°C. As maiores temperaturas são registradas nas planícies litorâneas, não ultrapassando, porém, a média anual de 26°C. As mais baixas são encontradas no Planalto de Huambo, abaixo dos 20°C.

Os maiores índices pluviométricos encontram-se no planalto central e na metade norte do país. O sudeste e o sul são mais secos, caracterizando a transição para o clima desértico.

Quanto à população, estimada de 10,3 milhões de habitantes (1991), dois aspectos devem ser destacados: a etnia e a distribuição demográfica.

Três grupos respondem por mais de 80% dos angolanos: mbundos (30%), bacongos (14%) e ovimbundus (38%). Constituem, respectivamente, a base de apoio populacional dos principais movimentos de libertação que surgiram, a partir do final dos anos 50, na luta contra o domínio português: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA).

A distribuição étnica no espaço geográfico guarda relação direta com as áreas de predomínio dos movimentos citados acima: o MPLA ao centro-norte, a UNITA no planalto central e a FNLA próximo à fronteira com o Zaire, no extremo norte. Esse último movimento perdeu muito da sua importância, após a independência, obtida em 1975.

A distribuição demográfica sofreu considerável influência da guerra civil que tem associado o país nos últimos anos. Com o agravamento do conflito, na segunda metade da década de 80, houve uma verdadeira fuga em massa da população rural em direção aos principais centros urbanos. Somente Luanda e Huambo, suas duas maiores cidades, passaram a abrigar mais de um terço da população angolana.

Luanda, principalmente, teve um crescimento urbano desordenado. Proliferaram as favelas (*musseques*) e o sistema de distribuição de bens entrou em colapso, dando origem ao mercados ilegais (*candongas*), que hoje se constituem em característica marcante da outrora bela capital.

Além disso, muitos angolanos emigraram para os países vizinhos, Portugal e Brasil, entre outros. Estima-se que mais de 2 milhões de refugiados encontram-se no exterior atualmente.

A economia de Angola, que nos últimos anos do colonialismo experimentara um considerável crescimento, com a entrada maciça de capitais portugueses, começou sua derrocada após a independência.

Quando o governo marxista de Agostinho Neto assumiu o poder, em 11 de novembro de 1975, 300 mil portugueses, aproximadamente, deixaram a ex-colônia. A saída repentina da quase totalidade da mão-de-obra especializada e dos capitais desestruturou o sistema produtivo do país a que seguir-se-ia uma longa e cruenta guerra civil.

A destruição de pontes e a saída de uma parcela considerável da frota rodoviária levaram o sistema de transportes ao colapso. Da mesma forma, o sistema de comunicações, um dos alvos preferenciais da guerrilha sustentada pela UNITA, foi quase inteiramente desmantelado.

O deslocamento populacional para os grandes centros urbanos provocou uma queda drástica da produção agrícola. De antigo exportador de alimentos, Angola passou a depender de importações. Todos esses fatores levaram Angola à dependência quase que exclusiva da exportação de petróleo e de diamantes. Atualmente, a situação tende a agravar-se, devido à dificuldade de se chegar a uma paz definitiva.

SINOPSE HISTÓRICA

Ao final da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o ciclo de independência das nações africanas. Angola, a exemplo de outras possessões portuguesas, ficou à margem desse processo, que se revelaria irreversível com o decorrer do tempo.

Nos últimos anos da década de 50, surgiram os primeiros movimentos organizados com o objetivo de se conseguir a independência política da mais rica colônia de Portugal.

Em 1956, foi fundado o MPLA, pelo médico Agostinho Neto, da etnia mbundu. Esgotadas as possibilidades de uma solução negociada com a metrópole, a luta armada teve início em 1961. O movimento logo obteve o apoio do bloco soviético, que, empenhado na expansão do comunismo, visualizou a obtenção de uma base estratégica de grande importância no Atlântico Sul.

Já no ambiente da Guerra Fria, outros partidos, apoiados pelo Ocidente, surgiram na esteira do MPLA. Apoiado na etnia baongo, predominante no norte, Holden Roberto fundou a FNLA. Saído das suas fileiras, Jonas Malheiros Savimbi fundou a UNITA, em 1966, buscando apoio entre os ovimbundos, majoritários no planalto central.

Baseado no depoimento pessoal de vários oficiais portugueses que lutaram contra todos aqueles movimentos antes da independência, pode-se afirmar que as suas ações restringiam-se à zona rural, em locais de difícil acesso. A vida da colônia, como um todo, era pouco perturbada pelas ações guerrilheiras.

Ainda de acordo com aquela versão, o domínio português poderia ter durado mais tempo, não fosse a pressão internacional pelo fim do colonialismo e o interesse das grandes potências. Porém, mesmo em Portugal, a continuação de tal sistema não encontrou mais apoio suficiente, principalmente após a Revolução dos Cravos, em 1974. O Movimento das Forças Armadas implementou, de imediato, uma política de descolonização.

Foram iniciados os contatos bilaterais com cada uma das lideranças dos movimen-

tos de libertação. Estes, apesar de terem sempre lutado por um objetivo comum, jamais o tinham feito numa frente única. Em pleno ambiente da Guerra Fria, recebiam apoio e influências de blocos antagônicos. A base de cada movimento era outro fator de cisão. Depois de complexas negociações mediadas pelos portugueses, os líderes do MPLA, FNLA e UNITA assinaram o Acordo do Alvor, em 15 de janeiro de 1975. Ficou estabelecido que a independência seria proclamada em 11 de novembro daquele ano. Enquanto isso, uma junta tripartite cuidaria de viabilizar a realização de eleições gerais para a constituição de um governo definitivo.

Seguiu-se, em vez do entendimento, uma acirrada disputa pelo poder. As diferenças ideológicas, a desconfiança mútua entre os movimentos de libertação e a luta em frentes distintas durante mais de uma década tornaram inviável o acordo entre as partes.

O MPLA tomou a dianteira na busca dos apoios externos. O aumento da ajuda soviética em equipamentos e conselheiros militares e a chegada dos primeiros contingentes da Brigada Internacional de Cuba deram condições para que o partido marxista assumisse o controle total de Luanda e, a 11 de novembro de 1975, declarasse a Independência de Angola.

O Brasil reconheceu imediatamente o governo recém-instalado, sendo o primeiro país a fazê-lo. Esse fato gerou um ressentimento no seio da UNITA, que perdura até os dias de hoje. Seguiram-se ao Brasil os governos do Leste Europeu e outros sob a influência de Moscou. Os Estados Unidos jamais reconheceram o regime marxista de Agostinho Neto.

Gradativamente, com o apoio maciço do bloco soviético e a presença crescente de mi-

litares cubanos, o MPLA foi consolidando o controle sobre quase todo o território angolano.

No norte, a FNLA foi desmantelada, tendo seus remanescentes se refugiado no Zaire, histórica base de apoio daquele movimento. No sul, o governo jamais conseguiu uma vitória definitiva sobre a UNITA. Sob a liderança incontestável de Jonas Savimbi, os guerrilheiros desenvolveram uma extraordinária capacidade de sobreviver nas matas. A região de Jamba, no extremo sudeste angolano, transformou-se num mito, como fortaleza inexpugnável da guerrilha.

A ajuda norte-americana migrou da desmantelada FNLA para a UNITA, na tentativa de frear o expansionismo soviético na África Austral. Esse apoio durou até o acordo de paz assinado em maio de 1991.

Vale salientar que, a partir de 1986, com o aumento da ajuda militar norte-americana, a guerrilha ganhou impulso. Seu maior poder de fogo fez-se sentir pela destruição crescente de pontes e rodovias, até então controladas pelo governo. Adotando a tática da "terra arrasada", a UNITA passou a destruir vilas e aldeias.

A longa e desgastante guerra civil fez aumentar o número de refugiados e destruiu praticamente toda a atividade econômica organizada, sem que se tivesse chegado a qualquer resultado decisivo.

A definição do conflito viria de fora, com a derrocada do império soviético. O MPLA, ao perder o seu principal sustentáculo externo e desgastado pelos 16 anos de guerra ci-

vil, reconheceu que somente através da negociação teria alguma chance de sobreviver.

A ONU NO PROCESSO DE PAZ

Em 1988, iniciaram-se os primeiros contatos para um acordo tripartite envolvendo Angola, Cuba e África do Sul. Esta concederia independência à Namíbia, enquanto o MPLA deixaria de prestar apoio aos guerrilheiros da Organização dos Povos do Sudeste Africano (SWAPO), que lutava pela independência da Namíbia. Cuba, por seu turno, retiraria todas as suas tropas baseadas em território angolano.

A pedido dos governos de Angola e Cuba, a ONU criou a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM),¹ em 20 de dezembro de 1988. Sua principal tarefa seria controlar a retirada dos 50 mil cubanos até 1º de julho de 1991.

Com um efetivo de 60 militares, a hoje denominada UNAVEM I, sob o comando do General Péricles Ferreira Gomes, do Exército Brasileiro, cumpriu com total êxito a sua missão, tendo os últimos cubanos se retirado com mais de um mês de antecedência em relação ao prazo previsto.

Simultaneamente ao início do processo de retirada, iniciaram-se as conversações entre o Governo e a UNITA, na busca de uma solução para o fim da guerra civil. Após mais de um ano de difíceis negociações mediadas por Portugal, o acordo de paz foi assinado em 31 de maio de 1991, pelo Presidente José

1. United Nations Angolan Verification Mission.

Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Atendendo ao pedido formalizado pelo governo de Angola, o Conselho de Segurança da ONU decidiu prolongar a presença de observadores internacionais no país, cuja missão passou a denominar-se UNAVEM II.

O Acordo de Paz para Angola estabeleceu que o cessar-fogo e as ações dele decorrentes seriam fiscalizadas por comissões mistas formadas por representantes do governo e da UNITA. O trabalho dessas comissões, por sua vez, seria verificado pelas Nações Unidas.

Durante mais de um ano de trabalho, teve-se a impressão de que o processo de paz seria bem sucedido. Desde a entrada em vigor do cessar-fogo até a realização das eleições gerais, em 29 e 30 de setembro de 1992, não foi registrado nenhum incidente grave envolvendo tropas governamentais e da UNITA.

A realidade, porém, mostrou-se diferente. A derrota nas urnas não foi aceita por Jonas Savimbi, apesar de a ONU ter certificado que as eleições tinham sido livres e justas. A tentativa frustrada da UNITA de tomar a capital, no início de novembro de 92, marcou o reinício da Guerra Civil.

O retorno ao conflito trouxe à tona uma série de constatações. Nem o governo nem a UNITA tinham procedido a uma desmobilização completa das suas forças. Em algumas semanas, o poder de fogo das forças guerrilheiras demonstrou que a UNITA poderia tomar conta do país em pouco tempo.

Várias frentes de combate foram abertas e a luta pelo controle das principais cidades acirrou-se. Em princípios de 93, cerca de 70% do território angolano estava controlado pelas forças da guerrilha. Porém, a exemplo do

que ocorrera em 1975, o governo jamais perdeu o controle de Luanda, verdadeiro *centro de gravidade* do conflito, assim como da maioria das capitais provinciais. A mais importante exceção foi Huambo, 2º centro mais populoso de Angola, que foi transformado em QG de Savimbi.

Os combates foram caracterizados pelo cerco de cidades e vilas por tropas da UNITA, que, ao longo dos anos, transformou-se em um verdadeiro exército regular, contando, inclusive, com artilharia e blindados.

Ao final do processo de desmobilização, o governo apresentava seu exército quase que totalmente desmantelado, à exceção de algumas unidades de elite. Como se explica, então, o fracasso da UNITA na tentativa de tomar o poder após sua derrota nas eleições?

A partir do momento em que os seus planos foram detetados pelos serviços de inteligência das FAPLA, as autoridades governamentais passaram a distribuir armamento e munição à população. Essa técnica tinha sido muito empregada em passado recente, com as chamadas milícias populares do regime marxista. Fortalecido pela vitória nas urnas, o MPLA conquistou apoio suficiente junto à população civil para resistir à ofensiva guerrilheira nas principais cidades.

Outro fator que contribuiu para a inesperada resistência governamental e, mesmo, para alguns importantes reveses das FALA foi a mudança da posição norte-americana. Os Estados Unidos, em princípios de 1992, reconheceram pela primeira vez o governo de José Eduardo dos Santos, depois de terem se constituído num dos principais aliados de Jonas Savimbi até à assinatura do Acordo de Bicesse.

A ONU, depois de ter reconhecido formalmente a vitória do MPLA nas urnas, pas-

sou a exercer pressão diplomática sobre a UNITA, ameaçando-a ainda com o embargo de armamentos e petróleo.

Respalhado no reconhecimento formal da sua vitória nas urnas pelas Nações Unidas e favorecido pela retirada do apoio norte-americano à UNITA, o Governo, tendo retomado a ofensiva, recuperou importantes áreas do país, entre as quais Huambo.

Disposto a enfraquecer militarmente seu rival, o MPLA recusou inúmeras iniciativas da UNITA em retomar as negociações, até meados de novembro de 1994, quando nova trégua foi acertada. A ausência do líder da UNITA nas cerimônias de assinatura de mais um cessar-fogo, levadas a efeito em Lusaka, capital da Zâmbia, dão bem uma idéia da fragilidade do processo de paz angolano.

A PARTICIPAÇÃO DO MILITAR BRASILEIRO NA UNAVEM II

Para o cumprimento do seu mandato, a UNAVEM II estruturou-se com um comando central em Luanda e seis comandos regionais abrangendo todo o território angolano.

Aos comandos regionais ficou subordinado um número variável de equipes de verificação — 46 no total — desdobradas em postos avançados próximos às áreas de concentração das tropas (figura 1).

Cada uma era composta por 5 militares, entre os quais havia sempre um de país de língua portuguesa ou espanhola.

Além disso, foram constituídas mais 12 duplas de observadores para os chamados

“pontos críticos” (portos e pistas de pouso, normalmente).

Os observadores militares eram provenientes de 24 países: Argélia, Argentina, Brasil, Canadá, Congo, ex-Tchecoslováquia, Egito, Espanha, Guiné-Bissau, Hungria, Índia, Irlanda, Jordânia, Malásia, Marrocos, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Senegal, Singapura, Suécia, ex-Iugoslávia e Zimbábue.

BRASIL: O MAIOR CONTINGENTE

Certamente, a língua portuguesa foi um dos fatores que fizeram do contingente brasileiro o de maior efetivo na UNAVEM II. Além de 15 observadores militares (11 do Exército e 4 do Corpo de Fuzileiros Navais) e 10 policiais militares (do Distrito Federal), toda a equipe médica era oriunda do Brasil (2 oficiais médicos e 12 sargentos de saúde do Exército). Com o começo do processo eleitoral, o efetivo de policiais foi dobrado. Após o reinício do conflito em novembro de 1992, ocorreu uma baixa no contingente brasileiro,² na seqüência de um ataque da UNITA à localidade de Uíge, no norte de Angola.

A distribuição do pessoal da UNAVEM II foi feita de modo que houvesse pelo menos um elemento de país de língua portuguesa ou espanhola por base. Desse modo, o contingente brasileiro marcou presença em todo o território angolano, no exercício das mais variadas atribuições.

2. 2º Sgt PM Adilson Barbosa da Costa, da Polícia Militar de Minas Gerais.

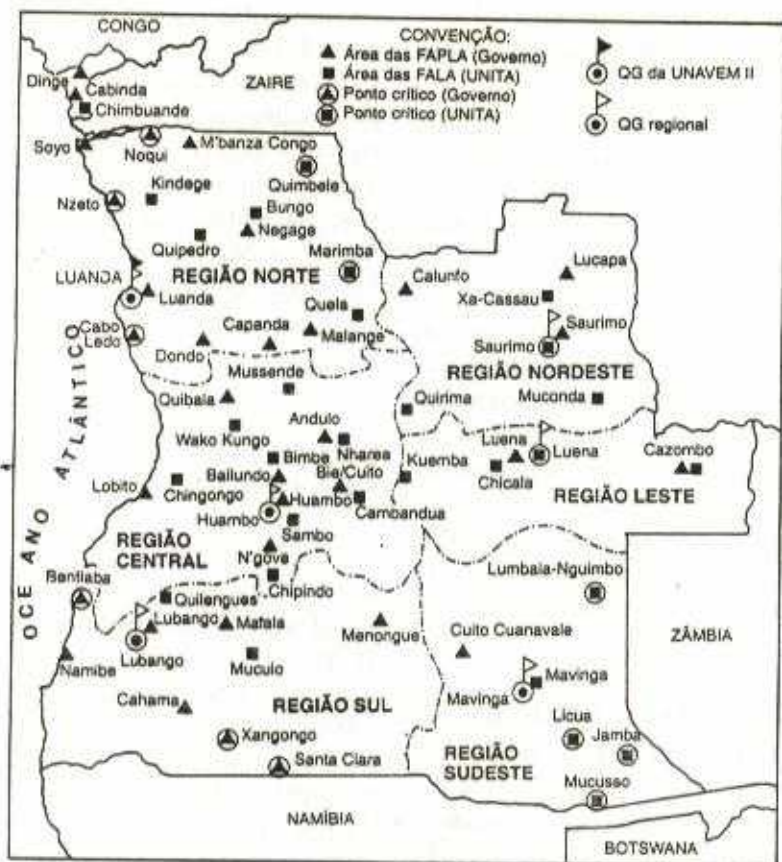


FIGURA 1: Desdobramento da UNAVEM II

A maior parte dos militares brasileiros exerceu a função de observador militar, compondo as equipes da UNAVEM II junto às áreas de acantonamento das FAPLA ou das FALA. A principal tarefa dessas equipes consistia no controle dos efetivos e dos armamentos e munições ali existentes. Para isso, os observadores deslocavam-se para os acampamentos uma vez por semana, ou sempre que necessário, e lá acompanhavam o trabalho das comissões mistas governo — UNITA.

Embora a conferência das tropas e do material bélico fosse exclusiva daquelas comissões, a ONU acabou exercendo um papel ativo nessa tarefa. Nem o governo, nem a UNITA tinham meios de proceder a uma consolidação regional da contagem, quanto menos a nível nacional. Todos os postos avançados da UNAVEM II eram dotados de equipamentos rádio de grande alcance, integrando as respectivas redes regionais. As sedes das 6 regiões, por seu turno, faziam parte de uma rede central, baseada em Luanda.

Dessa forma, o relatório final de contagem era consolidado pela UNAVEM II e distribuído a cada um dos representantes da CMVF (Governo, UNITA, Portugal, Estados Unidos e Rússia), sendo aceito como documento oficial de todo o processo de controle.

Ao lado de argentinos, espanhóis e guineenses, os brasileiros tiveram participação destacada nessa tarefa. A maioria esmagadora dos demais observadores só falava seus próprios idiomas e o inglês.

Nas demais atividades, a presença do militar brasileiro também era imprescindível. Além de se constituir em elo de ligação entre a UNAVEM II e a população local, sua participação em praticamente todas as reuniões conjuntas de elementos do governo e da UNITA muito contribuiu para que o cessar-fogo não sofresse perturbações graves até a realização das eleições.

Podê-se afirmar que o pequeno número de incidentes registrados a partir do início do cessar-fogo deveu-se, em parte, ao trabalho diuturno dos brasileiros e à sua habilidade em encontrar o consenso entre as partes. O bom relacionamento estabelecido, tanto com os oficiais das FAPLA, como das FALA, era notório.

Certamente, o fator cultural contribuiu para tal capacidade de negociação, à medida que fornecia instrumentos para a exata compreensão dos problemas angolanos e para a tomada de uma atitude imparcial nas horas de crise.

Mesmo nas atividades mais rotineiras, como a aquisição de gêneros para as *outstations*, a participação dos brasileiros era importante. O bom relacionamento com as populações nativas permitia a aquisição de artigos de difícil obtenção, face à escassez

provocada pelo colapso do sistema de abastecimento do país.

Nas sedes regionais, era muito freqüente o contato da ONU com as autoridades provinciais. A presença dos oficiais brasileiros era bastante solicitada nesses encontros, seja como intérpretes dos comandantes regionais, seja na função de oficiais de ligação.

Em suma, os observadores militares brasileiros tiveram uma atuação destacada na UNAVEM II. A respeito do assunto, assim se expressou o Coronel Francisco José da Silva Fernandes, em seu "Relatório de Final de Missão", encaminhado ao Estado-Maior do Exército.

"Era público e notório que o pessoal brasileiro tinha um desempenho bem acima da média, seja pela especial condição de falar a língua local, seja pela excelente formação profissional. Na comparação com os estrangeiros, era flagrante o nosso maior interesse, dedicação, seriedade, probidade, enfim, competência profissional." (Fernandes, 1993, p.23)

A atuação da equipe de saúde da UNAVEM II, composta exclusivamente por militares do Exército Brasileiro (2 oficiais médicos e 12 praças), merece um destaque especial.

Inicialmente, ela enfrentou certo preconceito por parte do pessoal oriundo de alguns países desenvolvidos. Através de um trabalho bem planejado e competente, a equipe conquistou, ao final de alguns meses, o respeito e a admiração de todo o contingente multinacional da ONU.

A experiência na profilaxia de doenças tropicais trazida do Brasil foi aplicada com total êxito em Angola. Os militares europeus, principalmente, haviam trazido esquemas próprios de tratamento da malária, porém

acabaram adotando as condutas recomendadas pela equipe brasileira.

Algumas vidas foram salvas devido à pronta intervenção do pessoal de saúde, principalmente por ocasião de acidentes aéreos e rodoviários. Quando os recursos hospitalares revelaram-se insuficientes em Luanda, a pronta evacuação aero-médica para a Namíbia, em uma ocasião, e para a África do Sul, em outras duas, foram fundamentais para a sobrevivência de três pacientes em estado grave.

EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS

Composta por militares oriundos de mais de duas dezenas de países, a UNAVEM II proporcionou uma experiência ímpar em termos de convivência com pessoas de outras nações. Alguns aspectos a serem ressaltados serão abordados dos tópicos seguintes.

• Domínio da língua

O preparo adequado na língua inglesa foi fundamental para um bom desempenho na missão. Idioma oficial de trabalho, o inglês era usado na confecção de toda a documentação interna, na exploração rádio e palestras.

A experiência revelou que o atual sistema de habilitação adotado pelo Exército Brasileiro não é suficiente, por si só, para dar o preparo adequado aos oficiais convocados para missões no exterior. Em Angola, a maioria sentiu uma grande dificuldade inicial, principalmente no entedimento do Inglês fluente.

A dedicação pessoal e a necessidade de comunicação, entretanto, aceleraram o aprendizado. Em aproximadamente dois meses (tempo médio), os oficiais atingiram o nível suficiente para o desempenho normal de suas funções.

• As dificuldades em uma terra arrasada

Com as dificuldades decorrentes do desmantelamento do sistema produtivo e de transportes de Angola, os observadores que serviam em localidades isoladas ficavam totalmente dependentes do ressurgimento aéreo.

As grandes distâncias envolvidas e a precariedade dos meios aéreos obrigavam as equipes a realizar um planejamento metuculoso para a estocagem de artigos básicos de suprimentos, necessários à sobrevivência nos postos avançados.

Um planejamento mal feito poderia resultar na falta de itens para o preparo da alimentação ou de combustível para as viaturas e geradores elétricos, por exemplo.

• Tarefas múltiplas

Além das tarefas ligadas especificamente ao processo de paz, já descritas anteriormente, os componentes das equipes multinacionais eram obrigados a compartilhar dos mais variados afazeres.

A condução de viaturas e a operação dos equipamentos rádio, fac-símile e geradores elétricos, incluindo a sua manutenção preventiva, eram tarefas divididas entre todos os membros das *outstations*, não importando o grau hierárquico.

Nos centros urbanos, era fácil conseguirem-se cozinheiros e faxineiros, porém, nos locais mais isolados, a alimentação e a limpeza das instalações tinham que ser feitas pelos próprios membros da UNAVEM II.

• Assistência médica

Devido ao isolamento dos postos de trabalho, avultava de importância o conhecimento de primeiros socorros, visto que mesmo uma evacuação aero-médica poderia levar muitas horas. Isso era agravado pelo mau estado da maioria das estradas e pelo fato de os helicópteros não voarem à noite.

Na maioria das vezes, os primeiros socorros eram prestados pelos próprios componentes dos postos avançados, orientados, via rádio, pelos médicos ou enfermeiros da equipe de saúde.

Nas áreas inóspitas, tornava-se necessária a adoção de uma série de medidas para se prevenir a entrada de animais peçonhentos nos dormitórios, principalmente ofídios e escorpiões. Era comum cavar-se um pequeno fosso em torno das barracas e enchê-lo com óleo queimado.

• O desgaste psicológico

Vários postos ficavam completamente isolados, sem qualquer opção de lazer. Não se distinguia sábado, domingo ou feriado dos demais dias. Os observadores ficavam semanas a fio submetidos a uma rotina entediante, ou mesmo ao ócio completo nos pontos críticos.

Muitas vezes, a incompatibilidade de costumes e hábitos alimentares tornava quase insuportável a convivência prolongada

entre membros de uma mesma equipe provocando atritos seguidos. Nos pontos críticos, onde só havia dois observadores, esse tipo de problema era mais acentuado.

A título de ilustração, cite-se o exemplo de um fuzileiro naval brasileiro que conviveu durante quase três meses, em Marimba, com um oficial muçulmano. Além de hábitos alimentares bastante distintos, este costumava isolar-se em sua barraca, várias vezes por dia, a fim de fazer orações. Apesar da convivência cordial, o oficial brasileiro aproveitava qualquer oportunidade para afastar-se do posto, seja realizando longas caminhadas pela região, seja caçando animais silvestres na companhia de nativos locais.

para minorar esse problema, a ONU estabeleceu um sistema de rodízio trimestral. Os postos de serviço eram divididos em três categorias (A, B ou C), de acordo com a localização ou condições de vida de cada localidade. Desse modo, os elementos que serviam nos melhores sítios (categoria "A"), eram movimentados para os de categoria "B" ou "C" e vice-versa.

O único meio de ligação permanente com o "mundo exterior" era o rádio. A exemplo de outros contingentes, os brasileiros estabeleceram uma rede rádio própria, através da qual as informações de interesse comum eram difundidas ou, simplesmente, procurava-se quebrar o isolamento e elevar o moral do pessoal.

O serviço postal era bastante precário. O correio angolano, desestruturado pela guerra, só atendia Luanda e algumas cidades de maior porte. Em virtude dessa deficiência, a UNAVEM implementou o seu próprio serviço postal. Mesmo assim, uma correspondência postada no Brasil, por exemplo, só era recebida após três ou quatro semanas.

À exceção de Luanda e de algumas capitais provinciais, não era possível estabelecer contato telefônico com os familiares. Entretanto, fruto da iniciativa de alguns oficiais em viagem ao Brasil, pôde-se, no transcorrer da missão, contar com o apoio de operadores de redes rádio do Ministério do Exército e da Aeronáutica sediados em Brasília e no Rio de Janeiro. Conseguia-se, dessa forma, estabelecer contato, em horários pré-estabelecidos, entre um posto rádio da UNAVEM II e qualquer telefone residencial no Brasil. Apesar da falta de privacidade e das dificuldades técnicas para se realizar tal ligação, isso permitiu que, eventualmente, os militares situados nos mais remotos postos do território angolano se comunicassem com os seus familiares.

Em média, a cada três meses, era possível viajar-se para o Brasil em gozo de dispensa por um período de duas semanas. Alguns preferiam viajar a intervalos maiores, acumulando períodos igualmente mais longos de dispensa.

• O relacionamento com os angolanos

As ligações entre angolanos e brasileiros remontam a séculos. O fluxo de influências, historicamente orientado, do continente africano para o Brasil, ocorre no sentido contrário nos dias de hoje.

Angola passou a absorver traços da cultura brasileira não só com a crescente importação de produtos manufaturados e serviços, mas também através da televisão e da música.

Isso certamente facilitou o contato dos brasileiros com os angolanos, principalmente com a população civil, os representantes do governo e os militares das FAPLA.

Desse contato, ficou patente a vontade da população, como um todo, de buscar a paz, após mais de 16 anos de guerra civil. Em relação aos militares do governo, notou-se uma desmotivação generalizada, principalmente nos escalões mais baixos da hierarquia. Tais aspectos ficaram muito bem caracterizados nas áreas de acantonamento das FAPLA, onde a desorganização e a indisciplina eram evidentes.

No relacionamento com os integrantes da UNITA e seus simpatizantes, face às posições históricas adotadas em relação ao conflito angolano, o Brasil sempre foi alvo de críticas de Jonas Savimbi. Havia, em conseqüência, um certo ressentimento de seus comandados em relação aos brasileiros.

Contudo, o contato frequente ocorrido nas áreas de acantonamento das FALA e nas comissões conjuntas de trabalho reforçava a empatia entre as partes, originária de traços culturais comuns. De uma atitude inicial de cautela, os oficiais da UNITA passaram a um posicionamento de cordialidade, aliado ao crescente interesse pelas coisas ligadas ao Brasil.

Todavia, com o início da campanha eleitoral, a partir do 2º semestre de 1993, o discurso antibrasileiro de Jonas Savimbi reverteu o quadro mais uma vez.

À medida que a derrota da UNITA nas urnas tornou-se evidente, cresceu a animosidade dos seus componentes em relação aos brasileiros, principalmente nos escalões mais baixos do movimento. A esse respeito, dois incidentes merecem ser destacados.

Em Marimba, na região norte, um observador brasileiro recebeu ameaças de morte ao manifestar sua reprovação à tática de intimidação empregada pela UNITA junto à

população civil, assim que as urnas passaram a revelar a vitória do governo naquele local. Julgando que a sua vida corria sério risco, o oficial empreendeu perigosa fuga em viatura, por trilhas de difícil identificação e áreas minadas, até o posto mais próximo da UNAVEM II, situado a mais de 250 km de distância de Marimba.

Em Andulo, na região central, as instalações da ONU foram invadidas com violência, durante a ocupação da cidade pelas forças guerrilheiras. Gritando palavras de ordem, os soldados das FALA dirigiram ameaças diretas ao observador brasileiro ali presente, encurralando-o na ponta de seus fuzis.

Do contato freqüente com os oficiais da UNITA, das inúmeras visitas às suas áreas de acantonamento e dos relatos colhidos junto a diversos observadores que trabalharam naqueles locais, infere-se uma série de ensinamentos a respeito dos militares das FALA, relacionados a seguir:

1. são extremamente disciplinados e aguerridos;
2. possuem um grau muito alto de motivação e desprendimento, não hesitando em arriscar a vida no cumprimento do dever;
3. Jonas Savimbi representa muito mais do que o seu comandante supremo. Sua figura é temida e idolatrada por todos, inclusive pelos generais dos mais altos escalões, que o tratam como "presidente";
4. a organização impecável de suas áreas de acantonamento, ao contrário das FAPLA, demonstraram uma enorme capacidade de aproveitamento dos recursos locais e de sobrevivência à custa dos mesmos;
5. o longo período de guerra irregular conferiu-lhes extrema mobilidade a pé e um profundo conhecimento do terreno em

praticamente todos os quadrantes do território angolano.

A proximidade da guerra

Com o agravamento da tensão política, após a divulgação dos primeiros resultados das eleições realizadas no final de 1992, ocorreram vários incidentes que vieram a revelar a fragilidade da paz reinante desde a assinatura do acordo de paz, em maio de 1991.

Tais incidentes proporcionaram a vivência de uma situação até então não experimentada pelos brasileiros em Angola, ou seja, a proximidade da guerra.

Isso não significa que o aspecto de um conflito armado estivesse completamente ausente antes do agravamento da situação. Apesar da calma aparente, sabia-se que grande parte da população civil estava armada. Nas proximidades do QG da UNAVEM II a trajetória de projetis traçantes era uma cena rotineira nas noites de Luanda.

Apresenta-se, a seguir, uma série de incidentes que caracterizaram a proximidade da guerra, procurando-se transmitir um pouco do clima psicológico então reinante.

1. O incidente de Malange

Malange, capital da província de mesmo nome no norte de Angola, constituía-se num dos locais mais problemáticos para a UNAVEM II. Tradicional reduto do MPLA, resistia a todas as tentativas de penetração da UNITA, embora o acordo de paz prevísse completa liberdade para os partidos se estabelecerem em todo o país.

Com a chegada da campanha eleitoral, o movimento de Jonas Savimbi, transformado

oficialmente em partido político, tentou se instalar num dos bairros mais populosos da cidade, sendo impedido por populares. Numa tentativa extrema, a UNITA enviou um destacamento armado para o local, com a finalidade de garantir a instalação de um comitê eleitoral. Na troca de tiros com a população local, registraram-se vítimas fatais de ambos os lados.

Isso provocou a reação do comandante de uma brigada das FAPLA, que ameaçou intervir com suas tropas, acampadas a menos de 5 km do local. O confronto armado parecia iminente.

A CCPM resolveu enviar uma equipe de alto nível a Malange a fim de tentar resolver o problema junto com as autoridades municipais. Após tensas e difíceis reuniões, decidiu-se que a presença da delegação visitante na área de conflito seria de grande utilidade para serenar os ânimos.

Durante a visita, populares armados fizeram uma série de disparos em ruas próximas ao local onde se encontrava a comitiva, da qual faziam parte a representante do Secretário Geral da ONU em Angola, Sr^a Margareth Anstee, o chefe dos observadores militares da UNAVEM II e os líderes das delegações do governo e da UNITA na CCPM. A intervenção oportuna de um general das FAPLA, com indiscutível liderança na região, fez cessar os disparos e evitou que a guerra civil tivesse ali o seu reinício.

Acompanhando o chefe dos observadores, o autor pôde observar a forma ponderada com que o general das FAPLA acalmou os ânimos mais exaltados de ambos os partidos, demonstrando sangue-frio e autocontrole, certamente lapidados nos campos-de-batalha.

2. A ocupação de Andulo

Após a divulgação do resultado das eleições, as FALA passaram a ocupar várias cidades em todos os quadrantes de Angola, numa demonstração clara de que, derrotada nas urnas, pretendia assumir o poder pela força.

Em Andulo, no planalto central, o Major Décio Luís Schons, do Exército Brasileiro, presenciou a ocupação da cidade por tropas da UNITA. O relato que se segue é baseado no depoimento desse oficial.

Na noite anterior à ocupação, aproximadamente 300 soldados ocuparam posições próximas aos prédios mais importantes da cidade. Por volta das 7 horas e 30 minutos da manhã, um disparo feito na praça central serviu de senha para o início da ação militar. Soldados das FALA tomaram de assalto os pontos sensíveis da cidade, tais como prefeitura, estação de rádio e sede da polícia local. Simultaneamente, foi desencadeado cerrado fogo de fuzis, morteiros e lança-rojões por toda a zona urbana. Várias autoridades municipais foram eliminadas, da mesma forma que o comandante da área de acantonamento das FAPLA na região.

As instalações da ONU foram invadidas com violência e sua guarnição de 5 homens (incluindo o Major Schons) recebeu ordens de abandonar a cidade, sob a ameaça de fuzis. Quando iniciavam o deslocamento de 100 km, a pé, em direção a Kuito, capital da província e sede mais próxima da UNAVEM II, um oficial das FALA interveio. Desculpou-se pelo "descontrole temporário" sobre os seus comandados e reconduziu os observadores à sua sede, prometendo "zelar pela segurança da mesma". Durante várias horas, os membros da UNAVEM ficaram na condição

de reféns, impedidos de fazer qualquer contato por rádio com o comando regional, situado em Huambo.

Com táticas semelhantes à descrita acima, a UNITA ocupou, após as eleições, mais de 70 por cento dos municípios angolanos. A tentativa frustrada da tomada de Luanda, em princípios de novembro de 1992, resultou na morte de milhares de pessoas e provocou o reinício da guerra civil.

3. Os incidentes de Luanda

Quando os primeiros resultados das eleições foram divulgados, indicando a provável vitória do MPLA, a situação tomou-se tensa em todo o país. A capital, que até então estivera livre de incidentes de vulto, desde a assinatura do acordo de paz, começou a registrar ocorrências quase diárias, envolvendo militares do MPLA e da UNITA. São narrados a seguir dois incidentes testemunhados pelo autor.

Na madrugada de 11 de outubro de 1992, uma bomba explodiu em frente ao Hotel Turismo, sede do movimento de Jonas Svimbi em Luanda. Durante o restante do dia, diversas escaramuças ocorreram e doze elementos das tropas de elite da polícia governamental foram feitos reféns por soldados das FALA. Para soltá-los, a UNITA exigiu que aproximadamente 50 de seus partidários, presos durante os incidentes, fossem igualmente libertados.

Na tentativa de interromper a escalada da violência, a CCPM convocou uma reunião extraordinária. Quando ela teve início, ocorriam choques armados em diferentes pontos de Luanda, tornando o risco de generalização do conflito muito grande.

O representante da UNITA condicionava qualquer entendimento à libertação dos

militares presos, afirmando não se responsabilizar pela vida dos doze reféns das tropas do governo, caso as hostilidades contra o seu partido não cessassem imediatamente. Para complicar ainda mais o quadro, informações trazidas por assessores de ambas as partes, em pleno transcorrer da reunião, davam conta de que o choque entre a guarda do palácio presidencial e tropas das FALA, instaladas a alguns quilômetros dali, era iminente.

O local de reunião transformou-se em verdadeira sala de operações, com os líderes do governo e da UNITA dando ordens diretas a seus respectivos comandantes militares no sentido de que evitassem o engajamento. Devido à grande habilidade de negociação demonstrada pelo representante do MPLA, General França N'Dalu, conseguiu-se, a muito custo, a cessação das escaramuças.

A reunião foi interrompida e uma delegação da CCPM dirigiu-se para o Hotel Turismo, onde seria acertada a troca de prisioneiros. Luanda constituía-se, então, numa cidade sitiada. As ruas estavam desertas, vendo-se apenas grupos armados de soldados do governo, ocupando pontos estratégicos.

Depois de muitas horas de tensa negociação, já no hotel, as partes concordaram em soltar os prisioneiros e reféns, sob a supervisão da UNAVEM II. Mais uma vez, adiava-se o retorno à guerra civil. Porém, os últimos acontecimentos tornavam sombrias as perspectivas de manutenção da paz.

Nesse clima de "pré-guerra", ocorreu um outro episódio de vulto, noticiado pelas principais cadeias de televisão do mundo.

Na madrugada de 15 de outubro, Luanda foi despertada por fortes explosões nas proximidades da sede da UNAVEM II. Ali,

civis e militares acordaram com a impressão de que a capital era o alvo de intensos fogos de artilharia e morteiros. A proximidade das explosões era tal que se iniciou uma verdadeira correria pela Vila Espa, onde não havia qualquer abrigo preparado ou plano defensivo. Muitos civis entraram em pânico, enquanto alguns militares tentavam esclarecer a situação.

Em tempo oportuno, chegou a informação de que as explosões eram oriundas de um grande paiol de munições do governo, mantido em sigilo até então. Nada ficou progado, mas todos os indícios apontaram para um ato de sabotagem da UNITA.

As operações psicológicas

Desde a assinatura do Acordo de Bicesse até o início do processo eleitoral, pode-se dizer que o MPLA e a UNITA tiveram uma convivência pacífica, até mesmo cordial em certas ocasiões. Assim que a luta pelo voto dos eleitores começou, em meados de julho de 1992, uma sucessão interminável de acusações mútuas, numa verdadeira guerra psicológica, passou a caracterizar o relacionamento dos dois partidos.

O governo controlava a única estação de televisão do país, a *Televisão Popular de Angola* (TPA), o *Jornal de Angola* e algumas emissoras de radiodifusão. A UNITA contava com a *Voz da Resistência do Galo Negro* (VORGAN), sediada em Jamba, e com o semanário *Terra Angolana*, editado em Portugal.

O rádio constituía-se no principal veículo de propaganda, ficando a televisão e os jornais restritos a Luanda e algumas capitais provinciais, embora isto não diminuísse sua

importância como pólos irradiadores de idéias por todo o país.

Os estrategistas do MPLA, com a experiência acumulada durante os anos de regime marxista, conseguiram difundir a imagem de um Savimbi sanguinário e vingativo. Era muito comum a TPA apresentar entrevistas com civis ou militares pretensamente torturados. Quase sempre enfaixados, exibiam ferimentos por todo o corpo e apresentavam relatos macabros sobre as atrocidades cometidas pela UNITA.

Dizia-se que, na Jamba, os adversários de Savimbi eram imolados vivos em imensas fogueiras, em atos públicos que faziam lembrar a época da Inquisição européia. Verdícos ou não, tais relatos incutiam grande pavor em boa parcela da população civil, principalmente entre os mais humildes. Acreditava-se que a vitória da UNITA nas urnas traria uma onda de revanchismo sem precedentes na história do país.

Embora os colaboradores de Savimbi tentassem diminuir os efeitos da propaganda adversa, contratando, inclusive, os serviços de uma firma portuguesa especializada em comunicação social, o fato é que não conseguiram anular a imagem do partido militarizado, fatal na disputa pelo voto popular.

Saliente-se que, além do trabalho feito pelo MPLA, a preocupação com a segurança física de Jonas Savimbi fazia com que ele só aparecesse em público cercado de um efetivo considerável de soldados, sempre armados com fuzis, metralhadoras e lança-rojões, reforçando aquela imagem negativa.

Com a aproximação das eleições, a guerra psicológica atingiu tal vulto que se chegou a temer pela realização do escrutínio popular. A cada acusação de um partido, se-

guiam-se outras do oponente, assim como desmentidos categóricos. O assunto chegou a ser discutido inúmeras vezes no âmbito da CCPM e intenções mútuas de cessação das hostilidades revelaram-se inócuas ao longo do tempo.

Quando a TPA e o *Jornal de Angola* começaram a divulgar os primeiros resultados extra-oficiais das eleições, favoráveis ao MPLA, a UNITA desencadeou intensa campanha, denunciando a ocorrência de fraude generalizada. Embora o partido tivesse contado com fiscais em todas as assembléias de voto, nenhuma reclamação formal fora encaminhada ao Conselho Nacional Eleitoral até então.

Da mesma forma, a UNAVEM II não constataria qualquer irregularidade de vulto durante todo o transcorrer da votação. Posteriormente, a representante do secretário geral da ONU em Angola, Sr^a Margareth Anstee, divulgaria um comunicado oficial declarando que, de modo geral, as eleições tinham sido livres e justas. A não aceitação desse veredito pela UNITA lançaria o país de volta à guerra civil duas semanas mais tarde.

• Uma lição de estratégia

A participação na UNAVEM II constituiu-se numa verdadeira lição de estratégia. Entre os fatores que mais contribuíram para isso cite-se a convivência com oficiais de um grande número de países, a necessidade de se conhecer bem a área de atuação e as condicionantes internas e externas, nos quatro campos do poder, para bem exercer a função de observador multinacional.

Os portugueses e norte-americanos foram os interlocutores mais freqüentes do au-

tor, na troca de idéias a respeito do processo de paz. Os primeiros, devido aos laços de afinidade com o Brasil e os segundos, pelo fato de constituírem-se em representantes da maior potência mundial, cujo posicionamento em relação ao conflito poderia exercer grande influência sobre o desenrolar dos acontecimentos em Angola.

O contato freqüente com o embaixador brasileiro em Luanda revelou-se de extrema utilidade para a troca de informações de interesse mútuo e para o conhecimento das principais tendências do meio diplomático.

Como já foi abordado no presente trabalho, o apoio soviético foi fundamental no estabelecimento do regime marxista em 1975. Os EUA, após terem auxiliado a FNLA naquela oportunidade, posteriormente mantiveram o apoio à UNITA por mais de uma década, como parte da estratégia de contenção do avanço comunista na África austral.

O processo de paz iniciado em fins de 1988 só foi viável após as mudanças internas ocorridas na ex-União Soviética, através das reformas introduzidas por Mikhail Gorbachov. Sem o apoio externo, o MPLA viu-se na contingência de buscar um acordo com o seu principal adversário.

O fato mais significativo ocorrido ultimamente no conflito angolano foi o reconhecimento do governo de José Eduardo dos Santos pelos Estados Unidos, após a UNAVEM II ter endossado a vitória do MPLA nas eleições de 1992. Isso contribuiu para a condenação internacional do uso da força pela UNITA, posição defendida pelo Brasil nas Nações Unidas.

Por que, então, apesar da retirada do apoio norte-americano e do seu isolamento, o movimento de Jonas Savimbi manteve poderio bélico suficiente para controlar mais de

dois terços do território angolano? Tudo indica que o apoio velado da África do Sul continuaria sendo o principal sustentáculo da UNITA. Quais seriam as razões para a manutenção desse apoio?

Em primeiro lugar, a continuação da guerra civil estaria diretamente ligada a fatores econômicos. Além de atender aos interesses de fabricantes de armamentos, uma Angola pacificada causaria prejuízos à África do Sul, maior produtor mundial de diamantes. A exploração plena das enormes jazidas angolanas poderia provocar uma queda substancial do seu preço no mercado internacional.

Outra hipótese refere-se à posição não declarada do governo de Pretória, atrelada à sua estratégia de consolidar-se como potência regional, enfraquecendo possíveis concorrentes.

A discussão mais profunda dessas condicionantes ultrapassa os limites impostos ao presente artigo. Entretanto, a exata compreensão de um dos mais sangrentos conflitos dos dias de hoje pode ter grande importância para os oficiais brasileiros que ainda venham a integrar as tropas da ONU em Angola.

CONCLUSÃO

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas jamais esteve tão envolvida na busca de soluções dos conflitos localizados que colocam em risco a paz mundial.

O Brasil, depois de um longo período de ausência, tem aumentado consideravelmente sua participação nas missões conduzidas por aquele organismo internacional. A partir de

1988, mais de 500 militares foram enviados ao exterior para integrar forças da ONU.

Fruto dessa crescente participação, experiências e importantes ensinamentos têm sido acumulados por integrantes das Forças Armadas e corporações auxiliares, trazendo uma série de constatações e reflexos positivos para as mesmas.

O conhecimento das áreas de atuação é primordial para uma preparação adequada, tanto sob os aspectos material e intelectual, como psicológico, possibilitando uma rápida adaptação dos militares nas regiões de destino.

Igualmente, o estudo histórico fornece os instrumentos necessários a uma atuação isenta por parte dos integrantes de uma força de paz, ajudando-os a conquistar a confiança das partes conflitantes.

A participação dos militares brasileiros na UNAVEM, iniciada em fins de 1988, tem sido bastante positiva. Além de ter assumido a chefia da missão durante o período crítico da sua instalação, o Brasil tem sido o país que contribui com os maiores efetivos, não só em função da língua portuguesa, como também pela atuação dos seus militares. Prova disso são as consultas formuladas ao país, pelo Conselho de Segurança para outras missões de paz da ONU, incluindo o envio de tropas constituídas a Angola e Moçambique.

Esses fatos demonstram que, apesar das dificuldades conjunturais do presente, as Forças Armadas brasileiras têm mantido um nível adequado na preparação do seu pessoal, dando-lhe condições de bem cumprir as tarefas normalmente afetas aos "boinas azuis".

É de se salientar a necessidade de um bom preparo individual no idioma inglês, oficial

na maioria das missões patrocinadas pela ONU.

Entre os aspectos positivos da presença de militares brasileiros na UNAVEM, pode-se destacar a oportunidade de se trabalhar num ambiente multinacional, onde a troca de experiências enriquece a bagagem profissional de cada um dos participantes e, por extensão, de suas próprias corporações.

As dificuldades encontradas em ambientes inóspitos, a necessidade de um rigoroso planejamento logístico e do desempenho de tarefas múltiplas, o isolamento e a rotina das *outstations*, provocando grande desgaste psicológico, constituíram-se em valioso treinamento profissional para os integrantes da missão.

A vivência dos observadores em zonas próximas de conflito desempenhou importante papel no preparo psicológico, adestrando-os para o emprego em possíveis situações reais de combate no futuro.

Para os oficiais, em particular, a UNAVEM II possibilitou o exercício continuado da liderança, única linguagem

realmente aceita num ambiente multinacional de trabalho. A conquista gradativa da confiança e respeito por parte de observadores de outros países bem atesta a qualidade das escolas de formação de oficiais no Brasil.

O perfil do militar brasileiro favorece a sua participação em missões de paz patrocinadas pela ONU. A facilidade de relacionar-se bem praticamente com os povos de todas as origens, aliada à ausência de antagonismos externos, é um fator que lhe permite um rápido entrosamento num ambiente, onde a cultura e costumes diversos constituem-se, às vezes, em barreira difícil de ser transposta.

Em síntese, a participação do Brasil na Missão de Observação das Nações Unidas em Angola tem sido muito positiva. Além de contribuir para o adestramento profissional das suas Forças Armadas, proporcionando uma série de experiências e ensinamentos valiosos aos seus componentes, tem servido para projetar o poder nacional além-fronteiras. □

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMO Jr., Júlio de. *Angola: espaço para projeção do poder militar brasileiro*. ECEME, 1993. Monografia.
- BERGO, Márcio Tadeu Bettga. *UNAVEM: Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola*. ECEME, 1992. Monografia.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola, a jóia da coroa do império português*. Luanda: Ler & Escrever, 1991.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Federal Research Division, Library of Congress. *Angola: a country study*. 3ª ed. Washington, D.C., 1991.
- FERNANDES, Francisco José da Silva. *A UNAVEM II: Relatório de final de missão*. Rio de Janeiro, 1993.
- JORNAL DE ANGOLA. Luanda, Diário. Período de novembro de 1991 a outubro de 1992.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança. *Acordo de Paz para Angola*. Lisboa, 1991.
- TERRA ANGOLANA (da UNITA). Luanda. Semanal. Período agosto/outubro de 1992.